

# Diário do Acionista

ANO IX • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 21 de maio de 2025 • Nº 2025 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

## PRIMEIRA TURMA

# STF torna mais 10 réus pela trama golpista

Por unanimidade, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem tornar réus mais dez denunciados pelo envolvimento no núcleo 3 da trama golpista durante o governo do ex-presidente Jair

Bolsonaro. O colegiado também rejeitou as duas primeiras denúncias da Procuradoria-Geral da República (PGR) sobre a tentativa de golpe. Por falta de provas, os ministros rejeitaram as acusações contra o tenente-co-

ronel Cleverson Ney Magalhães, ex-assessor do general Estevam Theophilo, e o general Nilton Diniz Rodrigues, ex-assessor do ex-comandante do Exército Freire Gomes. **PÁGINA 5**

## GUIANA FRANCESA

### França planeja construir prisão de segurança na Amazônia

A França planeja construir uma prisão de segurança máxima para traficantes de drogas e radicais islâmicos na Amazônia, perto de uma antiga colônia penal na Guiana Francesa, provocando protestos entre moradores e autoridades locais. A ala faria parte de uma prisão de US\$ 450 milhões (R\$ 2,5 bilhões) anunciada em 2017, com previsão de conclusão até 2028 e capacidade para 500 detentos. A prisão seria construída em Saint-Laurent-du-Maroni, cidade na fronteira com o Suriname que já recebeu prisioneiros enviados por Napoleão III no século XIX, alguns dos quais foram enviados para a famosa Ilha do Diabo, na costa da Guiana Francesa. O Ministro da Justiça francês, Gérald Darmanin, anunciou planos para construir a ala de alta segurança durante uma visita oficial à Guiana Francesa no sábado passado. Ele afirmou em uma publicação no Facebook que 15 das 60 vagas da ala seriam reservadas para radicais islâmicos. **PÁGINA 6**

## FAZENDA

# Correção de toda tabela do IR custaria R\$ 100 bilhões por ano

MARCELO CAMARGO/ABRASIL



Uma eventual correção de toda a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) custaria mais de R\$ 100 bilhões por ano, disse ontem o secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Pinto (foto). Em audiência pública na comissão especial do Congresso Nacional que analisa a reforma do Imposto de Renda, ele disse que o governo federal não tem dinheiro para bancar tal medida.

“Nossa proposta é fazer uma reforma do IR neutra, cujo primeiro passo é isentar quem ganha até R\$ 5 mil, e dar um benefício para quem ganha entre R\$ 5 mil e R\$ 7 mil. Corrigir a tabela toda (do Imposto de Renda) ia custar mais de R\$ 100 bilhões (por ano). Não temos condições de fazer isso. Diminuímos a conta para R\$ 25 bilhões, que a gente consegue pensar com imposto mínimo”, disse Marcos Pinto. **PÁGINA 2**

## SÃO PAULO

### MP investiga auxílio iPhone de R\$ 22 mil a procuradores

PÁGINA 3

## PREFIRO LULA

MARCELO CAMARGO/ABRASIL



# Valdemar demite Wajngarten por mensagens com críticas a Michelle

O presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, demitiu o advogado Fabio Wajngarten (foto), responsável pela assessoria de imprensa do ex-presidente Jair Bolsonaro. A decisão, tomada a pedido da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, ocorre após o portal UOL divulgar uma troca de mensagens entre o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro Mauro Cid e Wajngarten, que foi chefe da Secom no governo Bolsonaro. Na conversa, de janeiro de 2023, Wajngarten enviou uma notícia sobre a possibilidade de o PL lançar Michelle à Presidência em 2026 caso Bolsonaro estivesse inelegível. Cid responde: “Prefiro Lula”, e Wajngarten concorda: “Idem”. **PÁGINA 5**

## OPORTUNIDADE

### PF anuncia concurso para mil vagas em cinco cargos

PÁGINA 6

## INDICADORES

IBOVESPA 0,34% / 140.109,63 / 473,22 / Volume: 21.765.106.998 / Negócios: 3.550.911						Bolsas no mundo		Salário mínimo		IGP-M		EURO turismo	
Mais Negociados						Fechamento		Ufir-RJ		CDI		Compra: 6,4768	
Majores Altas			Majores Baixas					R\$ 4,5373		0,24% (abr.)		Venda: 6,6568	
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.		%	Taxa Selic		0,43% (abr.)	DÓLAR Ptax - BC		
COGNA ON ON NM	2,84	-7,79	-0,24	ITAU SA ON REC N1	8,01	+22,29	+1,46	TREVIS A PN	5,23	-12,69	-0,76	Compra: 5,6620	
AZUL PN N2	1,08	-0,92	-0,01	GOL PN N2	1,02	+12,09	+0,11	INFRACOMM ON NM	0,070	-12,50	-0,010	+0,05%	
HAPVIDA ON NM	2,86	+1,42	+0,04	ITAU SA PN REC N1	10,940	+11,41	+1,120	RDVC CITY ON NM	18,100	-9,77	-1,960	DÓLAR comercial	
JBS ON NM	42,01	+4,79	+1,92	HELBOR ON NM	2,59	+9,28	+0,22	VITRUEDUCA ON NM	9,650	-8,96	-0,950	Compra: 5,6686	
PETROBRAS PN N2	32,11	+0,41	+0,13	TENDA ON NM	21,75	+9,02	+1,80	ANIMA ON NM	4,04	-8,39	-0,37	Venda: 5,6692	
											DÓLAR turismo		
											Compra: 5,7089		
											Venda: 5,8889		

## MERCADOS



## Bolsa ganha fôlego e sustenta 140 mil pontos pela primeira vez

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Em dia de agenda esvaziada e de moderado ajuste negativo em Nova York, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) conservava o nível de 139 mil pontos pela quarta sessão seguida, em leve baixa na maior parte da sessão. Em direção ao fechamento, contudo, com Petrobras um pouco mais firme no campo positivo (ON +0,32%, PN +0,41%) e a neutralização das perdas em Vale (ON +0,02%), o índice virou e ganhou algum ímpeto, encerrando o dia pela primeira vez na casa dos 140 mil pontos. No fim da sessão de ontem, contribuiu para a virada e ganho de ímpeto do Ibovespa a notícia de que o Morgan Stanley elevou a recomendação para ações brasileiras, de neutra para overweight.

Desde o início da série de renovações de recordes de fechamento, no último dia 13 - uma semana atrás -, o Índice Bovespa (Ibovespa) vinha alternando ganhos e perdas em base diária, tendo atingido na segunda-feira, durante a sessão, pela primeira vez a marca de 140 mil pontos. Ontem, conseguiu quebrar o vaivém, obtendo leve alta de 0,34%, aos 140.109,63 pontos, entre mínima de 138.965,50 e nova máxima histórica intradia a 140.243,86 pontos, com giro a R\$ 21,7 bilhões. Na semana, avançou 0,66% e, no mês, tem alta de 3,73% - no ano, o ganho é de 16,48%.

Na Bolsa, Petrobras teve leve alta na contramão do mo-

derado ajuste do petróleo em boa parte da sessão. O dia foi de recuperação parcial para Banco do Brasil (ON +1,84%) após o tombo de 12% da última sexta-feira e que se estendeu à sessão da segunda, ainda que suavemente. O fechamento também foi positivo para Bradesco (ON +1,71%, PN +0,97%), mas de leve revés para outros papéis do setor bancário que vêm de ganhos, como Itaú (PN -0,13%) e Santander (Unit -0,10%).

Na ponta vencedora do Ibovespa, destaca nesta terça para JBS (+4,79%), Marfrig (+4,31%) e Vamos (+4,21%). No lado oposto, Cognac (-7,79%), Yduqs (-5,07%) e Natura (-3,17%). "O mercado manteve movimentações pontuais. As empresas do setor de educação recuam diante de novas pressões sobre o modelo de ensino a distância, e a Marfrig mostrou leve recuperação após quedas recentes ligadas à gripe aviária", aponta Gustavo Cruz, estrategista-chefe da RB Investimentos.

## DÓLAR

Após dois pregões seguidos de queda, o dólar apresentou leve alta na sessão de ontem. O dólar até chegou a abrir em leve baixa no mercado local, mas trocou de sinal ainda na primeira hora de negócios, passando operar com sinal positivo no restante do pregão. Com máxima a R\$ 5,6801 à tarde, a moeda fechou em alta de 0,25%, a R\$ 5,6693. No mês, a divisa recua 0,13%. No ano, as perdas são de 8,27%.

## SAF

## Líder opera 1º voo de aviação geral com combustível sustentável

ELISA CALMON/AE

A Líder Aviação, companhia de aviação executiva, operou na tarde desta terça-feira, o primeiro voo de aviação geral no País utilizando combustível sustentável de aviação (SAF, na sigla em inglês). A viagem ocorreu no Rio de Janeiro com um helicóptero que transportava funcionários da empresa de energia Equinor até plataformas em alto-mar.

O voo teve como ponto de partida o Aeroporto de Jacarepaguá, na capital fluminense, e foi abastecido com um blend (mistura) composto por 10% de SAF e 90% de JET A fóssil, conforme autorizado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O biocombustível foi produzido a partir de óleo de cozinha usado, conhecido como UCO (Used Cooking Oil).

A aeronave, modelo S92, foi abastecida pela Vibra, única fornecedora desse tipo de combustível no Brasil, por meio da BR Aviation, unidade de negócios da companhia

responsável pelo abastecimento de aeronaves e atividades correlatas. O blend adotado no voo pode ser utilizado nos motores atuais sem a necessidade de adaptação, permitindo a transição gradual para o novo modelo de abastecimento.

Considerando o blend e o potencial de redução de emissões do SAF, foram emitidos cerca 9% menos dióxido de carbono (CO2) na operação desta terça-feira. "Estamos dando um passo concreto na direção de uma operação mais sustentável e comprometida com as futuras gerações, afirma o diretor geral de Operações de Helicópteros da Líder Aviação, Diego Reis.

Fundada há 66 anos, a Líder Aviação conta com uma frota de mais de 50 aeronaves, atuando em cinco unidades de negócio: fretamento e gerenciamento de aeronaves, serviços aeroportuários, vendas e aquisições de aeronaves, serviços de manutenção e operações de helicópteros para a indústria de óleo e gás.

## FAZENDA

# Correção de toda tabela do IR custaria mais de R\$ 100 bi

WELTON MÁXIMO/ABRASIL

Uma eventual correção de toda a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) custaria mais de R\$ 100 bilhões por ano, disse ontem o secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Pinto. Em audiência pública na comissão especial do Congresso Nacional que analisa a reforma do Imposto de Renda, ele disse que o governo federal não tem dinheiro para bancar tal medida.

"Nossa proposta é fazer uma reforma do IR neutra, cujo pri-

meiro passo é isentar quem ganha até R\$ 5 mil, e dar um benefício para quem ganha entre R\$ 5 mil e R\$ 7 mil. Corrigir a tabela toda (do Imposto de Renda) ia custar mais de R\$ 100 bilhões (por ano). Não temos condições de fazer isso. Diminuímos a conta para R\$ 25 bilhões, que a gente consegue pensar com imposto mínimo", disse Marcos Pinto.

Atualmente, a tabela do Imposto de Renda acumula defasagem média de 154,67% de 1996 a 2024, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Diee-

se). A última correção parcial em todas as faixas da tabela ocorreu em 2015.

Desde 2023, o governo tem garantido a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até dois salários mínimos. A mudança, no entanto, só beneficia a faixa inferior da tabela.

Em março, o governo enviou ao Congresso um projeto de lei para reformar o Imposto de Renda. Relatada na Câmara pelo deputado Arthur Lira (PP-AL), a proposta prevê o aumento da faixa de isenção para quem ganha até R\$ 5 mil e um desconto parcial

para quem ganha entre R\$ 5 mil e R\$ 7 mil.

Caso o Congresso não mude o projeto, a isenção vai gerar uma renúncia fiscal prevista em R\$ 25,84 bilhões e será financiada por meio da taxaço de cerca de 141,3 mil pessoas que ganham mais de R\$ 50 mil por mês - ou seja, 0,13% de todos os contribuintes do país.

O governo também pretende tributar a remessa de dividendos para o exterior, em qualquer valor e apenas quando o dinheiro for destinado a cidadãos estrangeiros.

## ANAC

## Aviação brasileira teve melhor abril da história em movimentação

LUIZ ARAÚJO/AE

As companhias brasileiras registraram o melhor mês de abril da série histórica em movimentação do mercado doméstico, conforme acompanhamento iniciado no ano 2000. Os dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) mostram que foram transportados 7.917.698 passageiros, superando abril de 2015, até então com a melhor marca: 7.907.211.

Outro marco de 2025 é o saldo dos quatro primeiros meses do ano entre voos domésticos e internacionais, que somam fluxo 4% maior do que o registrado no período pré-pandemia (2019). Nos voos internacionais, o volume até abril soma 9,5 milhões de passageiros (15% superior ao registrado em 2019).

Na avaliação do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) a movimentação deste ano tende a ser a melhor da história, ultra-

passando 123 milhões de passageiros até dezembro. "A movimentação recorde nos aeroportos é um termômetro da economia", avalia o ministro Sílvio Costa Filho, do MPor.

"É incontestável que a aviação civil brasileira segue em crescimento dentro e fora do País, o que nos anima a trabalhar por mais infraestrutura e apoio ao setor", avalia o secretário Nacional de Aviação Civil, Tomé Franca.

Também a movimentação de carga aérea nos quatro primeiros meses do ano (437 mil toneladas) está acima do registrado antes da pandemia (386 mil de toneladas). Em abril, o volume transportado nos voos internacionais foi de 74,8 mil toneladas, um crescimento de 4,4% em relação a abril de 2024. A movimentação de carga doméstica foi de 35,9 mil toneladas, 12,5% abaixo do total movimentado em abril do ano anterior.

## 180 MIL BARRIS

## Navio-plataforma Duque de Caxias alcança topo de produção diária

DANIELA AMORIM/AE

A Petrobras informou ontem, que o navio-plataforma Duque de Caxias alcançou um topo de produção de com 180 mil barris de óleo por dia (bpd) no campo de Mero, na Bacia de Santos. A marca foi atingida na segunda-feira passada.

O tempo decorrido entre a primeira extração do navio-plataforma e o alcance da capacidade máxima planejada foi de 201 dias. A unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência (FPSO, da sigla em inglês) entrou em produção em 30 de outubro de 2024. O navio-

plataforma está ancorado a cerca de 180 quilômetros da costa do Rio de Janeiro, em profundidade de 2.000 metros.

"Ao todo, a unidade terá 15 poços: oito produtores de óleo e sete injetores de água e gás, interligados à plataforma por meio de uma infraestrutura submarina. O FPSO Marechal Duque de Caxias é o terceiro navio-plataforma deste porte instalado em Mero nos últimos 30 meses. Além da unidade, operam no campo os FPSOs Pioneiro de Libra, Guanabara e Sepetiba", informou a Petrobras, em nota distribuída à imprensa.

Com a nova marca, o poten-

cial de produção do campo de Mero supera 590 mil barris de óleo por dia. A petroleira lembra que Mero é um campo unitizado, operado pela Petrobras (38,6%) em parceria com a Shell Brasil (19,3%), TotalEnergies (19,3%), CNPC (9,65%), CNOOC (9,65%) e Pré-Sal Petróleo S.A (PPSA) (3,5%), como gestora do contrato e representante da União na área não contratada.

"A plataforma Marechal Duque de Caxias tem características que servem muito bem ao projeto atual da Petrobras, de manutenção de altos níveis de produção e uso de tecnologias de descarbonização", declarou

Sylvia Anjos, diretora de Exploração e Produção da companhia, em nota oficial.

"A plataforma será a primeira a usar, a partir de 2028, a tecnologia HISEP (High Pressure Separation), que representa um grande avanço na produção offshore, ao permitir a separação de gás e óleo no fundo do oceano. Por meio desse sistema, o gás como alto teor de CO2 é reinjetado diretamente no reservatório a partir do leito marinho, reduzindo significativamente as emissões e otimizando a produção de óleo no FPSO", acrescentou, na nota, o gerente executivo de Libra, Bruno Moczydlower.

## FEBRABAN E ABBC

## Bancos apontam queda de reclamações por consignado

MATHEUS PIOVESANAAE

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e a Associação Brasileira de Bancos (ABBC) afirmam que o volume de reclamações por consignado contratado sem a permissão de aposentados e pensionistas do INSS caiu 88% entre 2021 e 2024. De acordo com as entidades, o vo-

lume de reclamações recuou desde a implementação da confirmação por biometria facial, em 2022.

As informações foram apresentadas pelos presidentes das entidades, Isaac Sidney e Leandro Vilain, em reunião com o ministro da Previdência, Wolney Queiroz, e com o presidente do INSS, Gilberto Waller Junior.

O encontro foi realizado nesta terça-feira, em Brasília.

O levantamento das entidades considera as reclamações feitas na plataforma Consumidor.gov entre os anos de 2021 e 2024. Além disso, a Febraban e a ABBC separaram o volume de reclamações feitas no ano passado de acordo com o ano de contratação do empréstimo po-

tencialmente irregular.

Os números mostram que 70% das reclamações feitas no ano passado foram sobre empréstimos contratados até 2022, ano em que a confirmação biométrica passou a ser obrigatória.

Os bancos apontam ainda que no cadastramento de novos aposentados, é obrigatória a presença física em uma agência com documento de identificação, e em agências que fiquem a até 3 quilômetros da casa do cliente.

Além disso, de acordo com as associações, há recusas de empréstimos mesmo com a validação por biometria devido a fatores como uma checagem inconclusiva, por exemplo.

Diário do Acionista

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908  
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002  
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar  
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000  
Tel.: (11) 2655-1899

## Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS



ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite
29° 17°
35%
06:40 17:25
OUTONO: Sol e aumento de nuvens. Pancadas de chuva à tarde. Noite sem chuva.

Escárnio Público

# MP investiga 'auxílio iPhone' de R\$ 22 mil para procuradores

MARIA MAGNABOSCO/AE

O Ministério Público de São Paulo (MPSP) está investigando possíveis irregularidades na concessão do "auxílio iPhone" aos procuradores do município de São Paulo. O benefício permite reembolsos de até R\$ 22 mil para a compra de celulares, notebooks e outros eletrônicos pessoais. O valor é reembolsado mediante apresentação de nota fiscal e pode ser solicitado a cada três anos.

Em ofício encaminhado à Procuradoria Geral do Município de São Paulo (PGM-SP) na última sexta-feira, o Ministério Público estadual pede que o órgão esclareça a base legal e os atos normativos que autorizam o pagamento do auxílio, bem como a fundamentação jurídica, se houver, que justifique tal despesa.

A PGM deverá informar desde quando o benefício foi instituído, detalhar os valores já pagos por exercício orçamentário e esclarecer se os equipamentos adquiridos com o auxílio podem ser utilizados em atividades privadas.

Também deverá explicar as regras vigentes para o uso do Fundo Especial de Despesas, in-

dizando o que é permitido com esses recursos, além de encaminhar cópias das leis e regulamentações citadas na resposta.

O pedido foi assinado pelo promotor de Justiça Ricardo de Barros Leonel, que concedeu o prazo de até dez dias para que a PGM-SP apresente os esclarecimentos.

DEPUTADOS

O ofício foi encaminhado pelo Ministério Público após a deputada federal Tabata Amaral (PSB) apresentar, na última quinta-feira passada, um pedido de notícia de fato ao Ministério Público de São Paulo, solicitando a revogação do auxílio. Segundo ela, os equipamentos adquiridos com o benefício não passam a integrar o patrimônio público, mas ficam sob posse privada dos procuradores.

"Esse ponto é especialmente grave, considerando que os procuradores também podem atuar na advocacia privada. Ou seja, a Procuradoria está destinando dinheiro público para atividades que não necessariamente são de interesse público, podendo inclusive beneficiar interesses privados desses agentes", afirmou a deputada no documento.

Ela também destacou que a Procuradoria Geral do Município de São Paulo já é composta por servidores com as maiores remunerações do funcionalismo municipal. Os 397 procuradores recebem, em média, R\$ 46 mil por mês, sem contar os auxílios.

Caso todos os procuradores solicitem o reembolso, o custo do programa pode chegar a R\$ 8 milhões a cada três anos.

"É de se esperar que esses agentes públicos compreendam que não se pode tolerar o uso de recursos públicos de forma tão banal, para fins não públicos, enquanto milhões de paulistanos e brasileiros mal têm acesso aos seus direitos mais básicos, quanto mais a equipamentos eletrônicos de ponta", declarou Tabata.

Na sexta-feira passada, o deputado Leo Siqueira (Novo-SP) também ingressou com uma ação na Justiça de São Paulo questionando o benefício. Segundo ele, o programa é financiado com dinheiro público proveniente de honorários sucumbenciais, ou seja, valores pagos pela parte derrotada em um processo judicial para cobrir os custos do advogado da parte vencedora.

Para o deputado, usar esses

recursos para reembolsar a compra de eletrônicos viola os princípios da moralidade administrativa e da legalidade, além de resultar em remuneração acima do teto constitucional para os procuradores.

A ação popular, com pedido de liminar, solicita a suspensão imediata do auxílio, a devolução dos valores já pagos e a responsabilização dos gestores envolvidos. "O dinheiro é público. A estrutura é pública. A função é pública. Mas o benefício virou pessoal. Quando o Estado começa a bancar luxo com o dinheiro de todos, ele deixa de ser instrumento de justiça e vira máquina de privilégio", afirmou Siqueira.

O QUE DIZ A PGM

A Procuradoria Geral do Município de São Paulo confirmou o benefício ao *Estadão* e justificou em nota que "a medida reflete o compromisso com a modernização, segurança, eficiência e efetividade das atividades jurídicas".

A PGM também diz que o pedido de reembolso para aquisição de equipamentos tecnológicos está fundamentado em lei municipal e não representa qualquer ônus ao orçamento público.

## CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª, 2ª E 3ª SÉRIES, DA 3ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.**

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª, 2ª, e 3ª Série da 3ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na Cláusula 13 do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 3ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização" ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI (AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 10 de junho de 2025, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Aprovar a não decretação do evento previsto na Cláusula 7.1, subitem (i), do Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças ("Contrato de Cessão de Créditos"), em razão do descumprimento da obrigação de apresentar à Securitizedora e ao Agente Fiduciário relatórios trimestrais contendo informações operacionais sobre a operação de energia das Usinas (conforme definido nos Documentos da Operação), incluindo, mas não se limitando, a informações relacionadas à geração média efetiva (MWm), conforme previsto na cláusula 9.2, subitem (ii), do Contrato de Cessão de Créditos; (II) Aprovar a não decretação do evento previsto na cláusula 7.1, subitem (ii), do Contrato de Cessão de Créditos, em razão do descumprimento da obrigação de apresentar à Securitizedora e ao Agente Fiduciário o Valor de Avaliação (conforme definido nos Documentos da Operação), conforme previsto na cláusula 9.2, subitem (iii), do Contrato de Cessão de Créditos; (III) Caso sejam aprovados os itens (I) e (II) acima, aprovar a concessão de prazo adicional de 30 (trinta) dias contados da formalização da Ata de Assembleia para que sejam cumpridas as referidas obrigações; (IV) Aprovar a não decretação do evento previsto na cláusula 7.1, subitem (iii), do Contrato de Cessão de Créditos, em razão do descumprimento da obrigação de manter o Fundo de Reserva (conforme definido nos Documentos da Operação), assim como recomb- lo de maneira temporária, conforme previsto nas cláusulas 8.8.2 e 8.8.3 do Termo de Securitização; (V) Aprovar a não decretação do evento previsto na cláusula 7.1, subitem (iv), do Contrato de Cessão de Créditos, em razão do descumprimento da obrigação pecuniária de manter o Fundo de Reserva acima do seu Valor Mínimo (conforme definido nos Documentos da Operação), assim como recomb- lo de maneira temporária, conforme previsto na cláusula 8.9.2 do Termo de Securitização; (VI) Caso sejam aprovados os itens (iv) e (v) acima, aprovar a concessão de prazo adicional de (a) 5 (cinco) Dias Úteis, contados a partir da formalização da Ata de Assembleia, para que seja realizada a recomposição do Fundo de Despesas, no montante equivalente a R\$ 13.002,55 (treze mil e trinta e dois reais e cinquenta e cinco centavos), e (b) até 31/08/2025 para que seja realizada a recomposição do Fundo de Reserva, no montante equivalente a R\$ 2.001.551,45 (dois milhões, mil, quinhentos e cinquenta e um reais e quarenta e cinco centavos); (VII) Aprovar a criação de mecanismos que permitam a comunicação entre o Fundo de Despesas e o Fundo de Reserva, de modo que, na hipótese de desequilíbrio do Fundo de Despesas, a Securitizedora poderá utilizar os recursos do Fundo de Reserva para recomposição deste, cujos recursos serão utilizados para o pagamento das despesas recorrentes ou extraordinárias da Operação; (VIII) Aprovar a alteração textual, disposta na Cláusula 2.2.1 do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Direitos de Superfície e Outras Avenças ("Alienação Fiduciária PAINEIRAS") que passará a vigorar, com a seguinte redação: 2.2.1. "Para os fins de verificação anual, pelo Agente Fiduciário, de suficiência de garantia conforme inciso "x" do art. 11 da Resolução CVM nº 17/2021, o valor da garantia será considerado o Valor de Avaliação descrito na Cláusula 2.2 acima." (ix) Aprovar a alteração textual, disposta na Cláusula 1.1 do Termo de Securitização assim como na "Seção II - Termos Definidos" do Contrato de Cessão de PAINEIRAS/ITURAMA, resguardado que o Valor Mínimo do Fundo de Despesas permanecerá inalterado enquanto a Novo Serviços de Engenharia Ltda., inscrita no CNPJ nº 32.234.347/0001-95, estiver em atividade no âmbito da presente operação, podendo ser revisto somente no caso de encerramento da prestação dos serviços por parte da referida empresa, e que, portanto, passará a vigorar, com a seguinte redação: "Valor Mínimo do Fundo de Despesas" O valor equivalente a R\$ 75.000,00.

(xv) Considerando o caráter extraordinário da Ordem do Dia acima e havendo saldo excedente no Fundo de Despesas, em razão da redução do Valor Mínimo, este poderá ser transferido para o Fundo de Reserva, cujos recursos serão utilizados pela Emissora para cobrir eventuais pagamentos das Contas Vinculadas correspondente aos valores excedentes dos Créditos Imobiliários Cedidos, e caso insuficiente, a Cedente ou as demais SPES deverão realizar a sua recomposição até o 25º (vigesimo quinto) dia do mês correspondente à respectiva Data de Auração, ou, caso este não seja dia útil, no primeiro dia útil subsequente. Caso a recomposição não seja realizada até essa data, a Securitizedora notificará a Cedente e/ou as demais SPES para que efetuem a regularização, observado que, a utilização dos recursos do Fundo de Despesas para qualquer pagamento estará condicionada à existência de saldo suficiente no referido fundo para atender a qualquer obrigação apresentada a qualquer tempo. (xi) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail [assembleias@liveiratrust.com.br](mailto:assembleias@liveiratrust.com.br) com cópia para o e-mail [juridico@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridico@canalsecuritizadora.com.br), observando o disposto na CVM 60 e conforme documentação abaixo: a) quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b) quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c) quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d) quando representado por procurador: caso qualificador Titular de CRI indicado nos Itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se a disposição dos Srs. Titulares da AGT, nas páginas da Securitizedora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](https://www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizedora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados e a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 21 de maio de 2025. **Nathalia Machado Loureiro** - Diretora de Securitização

EM CAMPANHA

# Tarcísio lança programa social com discurso religioso

PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO/AE

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), disse que o "SuperAção SP", lançado por ele nesta terça-feira, será o "melhor programa social do Brasil". O chefe do Executivo paulista adotou tom religioso ao afirmar que é preciso ter fé que é possível superar a pobreza.

"Vamos construir o melhor programa social do Brasil. A gente está falando de legado, de galardão perante a Deus. E a melhor maneira de servir o senhor é proporcionar a emancipação e a vitória sobre a pobreza", discursou Tarcísio, complementando: "O mais importante é a fé, a crença que é possível superar a pobreza. A crença que tem que estar na cabeça de cada pessoa, cada agente de superação que vai estar na rua abordando as pessoas", disse o governador ao elencar as características do projeto.

O programa foi antecipado pelo *Estadão* na segunda-feira passada. Na ocasião, Tarcísio negou rivalidade com o Bolsa Família, programa consagrado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em seu primeiro mandato e que perdura até hoje. Segundo o governador, "SuperAção SP" é mais amplo do que o programa petista porque, além da transferência de renda, prevê a capacitação profissional e a inclusão no mercado de trabalho para tirar as famílias da pobreza.

A previsão é que 105 mil famílias em situação de extrema pobreza sejam atendidas no Estado na primeira leva do programa, que poderá ser gradualmente expandido. "Vamos dar o peixe ou ensinar a pescar? Vamos fazer os dois", disse ele.

O programa tem duas trilhas de atendimento. A primeira é baseada na proteção social e voltada para famílias com barreiras severas de inclusão, como baixa escolaridade, idade avançada ou dependência de cuidados. A segunda trilha, focada na superação da pobreza, atenderá famílias com perfil para o mercado de trabalho.

Os agentes de superação, nome dado aos assistentes sociais que atuarão nos municípios, irão localizar as famílias com base no CadÚnico, apresentar o programa, explicar seu funcionamento e objetivos.

As famílias que toparam aderir à iniciativa serão orientadas e acompanhadas pelos agentes de forma personalizada ao longo de dois anos. Elas poderão ser direcionadas para até 29 po-

líticas públicas já ofertadas pelo governo de São Paulo.

"O que a gente está fazendo é conectar políticas que vem sendo construídas e estruturadas nos últimos dois anos. Nós inovamos ao considerar as particularidades de cada família. É aí que a gente vai fazer a diferença: vamos customizar cada ação para cada família", disse a secretária de Desenvolvimento Social, Andrezza Rosalém, que se emocionou ao apresentar a iniciativa.

O programa está dividido em três módulos complementares. O núcleo familiar que cumprir todas as etapas receberá R\$ 10,4 mil. Os módulos são: Proteger, que dá acesso a benefícios sociais, alimentação, saúde, moradia e educação infantil; Desenvolver, que incentiva a qualificação e formação profissional por meio de auxílio financeiro por metas cumpridas; e o Incluir, que prevê pagamento de um bônus após entrada no mercado de trabalho, seja com emprego formal ou por meio do empreendedorismo.

"O que a gente quer é uma jornada rumo a autonomia dessas famílias", disse a secretária.

A previsão é que sejam gastos R\$ 500 milhões para estruturar a rede de proteção, capacitar os agentes e integrar as políticas públicas. O valor inclui R\$ 150 milhões extras para prefeituras financiarem ações de assistência social. O número representa uma alta de 62,5% e fará os repasses saírem de R\$ 240 milhões para R\$ 390 milhões por ano. Os municípios que aderirem à primeira leva do SuperAção SP ainda terão direito a uma verba adicional.

Também está prevista a reestruturação das carreiras de assistência social no Estado. Os projetos com a criação do SuperAção SP, o aumento da verba para as prefeituras e que cria a carreira de especialista social serão enviados para a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp).

O anúncio do programa teve a presença de 210 prefeitos, além de deputados, vereadores e secretários da gestão Tarcísio, com direito a clipe de lançamento, apresentação de dança dos alunos da São Paulo Escola de Dança, de trompa e de funk.

A deputada federal Rosana Valle (PL-SP), que tentou se eleger prefeita de Santos (SP), foi escolhida para discursar, assim como o presidente da Alesp, André do Prado (PL), cotado para suceder Tarcísio se o governador decidir disputar o Palácio do Planalto em 2026.

2 ANOS E MEIO

# TJ mantém condenação de vereador a prisão

O Tribunal de Justiça de São Paulo confirmou a condenação de Adilson Amadeu (União Brasil) - vereador paulista por cinco mandatos, agora na suplência da Câmara Municipal - a dois anos e meio de prisão e perda do mandato por antissmitismo. Seguindo o voto da desembargadora Maria Cecília Leone, relatora, o Tribunal rejeitou por cinco a zero os embargos infringentes e de nulidade sustentados pela defesa, que já havia sido condenado em primeira instância, em 2023.

O advogado Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, criminalista que defende Amadeu, declarou ao *Estadão* que vai recorrer da sentença. "Já estamos preparando um processo, porque quando entra Albert Einstein, grupo Lide é que tem sem-vergonhice grande, grande, sem-vergonhice de grandeza, de grandeza que eu nunca vi na minha vida."

meio grau a Adilson Amadeu, foi decretada na sessão do último dia 13. É a segunda condenação do suplente a vereador por antissmitismo. Em 2020, durante a pandemia, ele foi acusado de ter enviado áudio no WhatsApp onde 'proferiu palavras preconceituosas aos judeus e divulgou as mensagens em grupos', segundo sentença da juíza Renata William Rached Catelli, da 21ª Vara Criminal de São Paulo.

No áudio, o vereador disse: "É uma puta duma sem-vergonhice que eles querem que quebra todo mundo, pra todo mundo ficar na mão, do grupo de quem? Infelizmente também os judeus, quando eu tô até respondendo um processo, porque quando entra Albert Einstein, grupo Lide é que tem sem-vergonhice grande, grande, sem-vergonhice de grandeza, de grandeza que eu nunca vi na minha vida."



STF

# Primeira Turma torna mais 10 réus pela trama golpista

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

Por unanimidade, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem tornar réus mais dez denunciados pelo envolvimento no núcleo 3 da trama golpista durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

O colegiado também rejeitou as duas primeiras denúncias da Procuradoria-Geral da República (PGR) sobre a tentativa de golpe.

Por falta de provas, os ministros rejeitaram as acusações contra o tenente-coronel Cleverton Ney Magalhães, ex-assessor do general Estevam Theophilo, e o general Nilton Diniz Rodrigues, ex-assessor do ex-comandante do Exército Freire Gomes.

Com a decisão, 31 dos 34 denunciados pela procuradoria se tornaram réus e vão responder pelos crimes de organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça e deterioração de patrimônio tombado.

Em março deste ano, o ex-presidente Jair Bolsonaro e outros sete denunciados foram os primeiros acusados a se tornarem réus. Eles fazem parte do núcleo 1 da investigação.

Além desse núcleo, já foram julgados os núcleos 2, 3 e 4. Falta o julgamento contra o núcleo 5, que é formado pelo empresário Paulo Figueiredo, neto de João Figueiredo, último presidente da República no período da ditadura militar. Ele mora nos Estados Unidos, não apresentou defesa no processo e pode ser julgado à revelia.

## NÚCLEO 3

Durante o julgamento, por unanimidade, os ministros da Primeira Turma aceitaram denúncia da PGR contra nove militares do Exército e um policial fe-

deral. O colegiado concordou que há indícios de que os acusados planejaram ações para efetivar o plano golpista de Bolsonaro.

Parte dos militares fazia parte das forças especiais do Exército, grupo conhecido como kids pretos.

Com a decisão, se tornaram réus os seguintes acusados:

- Bernardo Romão Correa Neto (coronel);
- Estevam Theophilo (general);
- Fabrício Moreira de Bastos (coronel);
- Hélio Ferreira (tenente-coronel);
- Márcio Nunes de Resende Júnior (coronel);
- Rafael Martins de Oliveira (tenente-coronel);
- Rodrigo Bezerra de Azevedo (tenente-coronel);
- Ronald Ferreira de Araújo Júnior (tenente-coronel);
- Sérgio Ricardo Cavaliere de Medeiros (tenente-coronel);
- Wladimir Matos Soares (policial federal).

## RELATOR

O placar unânime do julgamento foi obtido com o voto do relator, ministro Alexandre de Moraes, e dos ministros Flávio Dino, Luiz Fux, Cármen Lúcia e Cristiano Zanin.

Para Moraes, a acusação conseguiu apontar indícios de que houve mobilização dos acusados para efetivação de ações em prol da tentativa golpista.

O ministro citou reuniões entre os kids pretos para elaboração de estratégias para pressionar os comandantes das Forças Armadas a aderirem à trama golpista.

"Não era uma reunião de amigos como foi dito (pelas defesas), conversa de bar, jogar conversa fora. Na verdade, era para jogar a democracia fora", disse.

Além disso, Moraes mencionou outra reunião entre o chefe de operações terrestres do Exército, general Estevam Theophi-

lo, um dos réus, e Bolsonaro, no final de 2022, dois dias após o então comandante do Exército, general Freire Gomes, se recusar a aderir à tentativa golpista.

Segundo o ministro, não é normal o presidente da República se reunir com chefes de departamentos das Forças Armadas. No entendimento do Exército, Bolsonaro tentou cooptar o general para obter apoio ao golpe.

"Quem se reúne com o presidente é o comandante do Exército. É o comandante da força que se reúne com o presidente", concluiu.

## PRÓXIMAS ETAPAS

Com a aceitação da denúncia, será aberta uma ação penal na Corte. A abertura marca o início a instrução processual, fase na qual os advogados poderão indicar testemunhas e pedir a produção de novas provas para comprovarem as teses de defesa.

Os acusados também serão interrogados ao final dessa fase. Os trabalhos serão conduzidos pelo gabinete do ministro Alexandre de Moraes, relator do caso.

Após o fim da instrução, o julgamento será marcado, e os ministros vão decidir se o ex-presidente e os demais acusados serão condenados à prisão ou absolvidos. Não há data definida para o julgamento. Em caso de condenação, a soma das penas para os crimes passa de 30 anos de prisão.

## DEFESAS

Durante o julgamento, as defesas dos réus negaram as acusações e sustentaram que a PGR não apresentou provas.

## FALTA DE PROVAS

A Primeira Turma do STF rejeitou a denúncia contra dois oficiais do Exército pela Procuradoria-Geral da República (PGR) de terem participado de tentativa de golpe de Estado: o coronel da reserva Cleverton Ney Magalhães e o general Nil-

ton Diniz Rodrigues.

O ministro relator do caso, Alexandre de Moraes, considerou não haver indícios mínimos que justifiquem a abertura de um processo criminal contra ambos, denunciados por fazerem parte do "núcleo de ações coercitivas" da trama golpista. Os outros dez denunciados se tornaram réus.

Cleverton é coronel da reserva do Exército, com formação nas forças especiais, os chamados "kids pretos". Foi assessor de Estevam Theophilo, ex-chefe do Comando de Operações Terrestres do Exército (Coter).

A defesa do coronel afirmou que ele participou de um "encontro entre amigos" em novembro de 2022, com cerca de 15 pessoas, e que a reunião não foi de cunho político.

Além disso, segundo o advogado, Cleverton apenas teria tomado "conhecimento" sobre o assunto, mas não apoiou ou anuiu a trama golpista.

Nilton é atualmente general do Exército. No final de 2022, era assistente direto do comandante da Força, Marco Antônio Freire Gomes. Também tem formação especial, ou seja, é um "kid preto". A defesa do general afirmou que ele esteve fora do País na maior parte do tempo que envolveu as articulações do plano golpista, e que seu nome foi citado apenas duas vezes na denúncia de mais de 300 páginas.

O general é irmão da antropóloga Débora Diniz, da Universidade Federal de Brasília (UnB), conhecida por oposição ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Na dissertação que defendeu na Escola de Comando do Estado Maior do Exército, em 2013, fez um agradecimento especial à irmã.

A decisão foi unânime. Além de Moraes, os ministros Flávio Dino, Luiz Fux, Cármen Lúcia e Cristiano Zanin votaram para tornar réus os outros dez denunciados.

PICO DOS MARINS

# Justiça aceita denúncia contra Pablo Marçal por colocar pessoas em riscos

HUGO HENUD/AE

O ex-coach Pablo Marçal virou réu por colocar em risco a vida de 32 pessoas durante uma expedição ao Pico dos Marins, na Serra da Mantiqueira (SP), em janeiro de 2022. A Justiça de São Paulo aceitou a denúncia apresentada pelo Ministério Público de São Paulo (MP-SP), e a decisão foi proferida ontem, pela juíza Rafaela D'Assumpção Glioche, da Vara Única de Piquete.

Na decisão, a juíza afirmou que os elementos apresentados justificam o prosseguimento do caso. A magistrada entendeu que a denúncia está "formalmente em ordem" e acompanhada de elementos que garantem o "lastro probatório mínimo" necessário para a instauração do processo.

Com base nas apurações do inquérito policial, a juíza descartou o arquivamento e determinou que Marçal seja citado

para apresentar defesa no prazo legal.

Antes da abertura da ação penal, o MP havia proposto um acordo que permitiria encerrar o caso mediante o pagamento de 180 salários mínimos (cerca de R\$ 273 mil). Como a defesa do influenciador não se manifestou nos autos, a Justiça deu andamento ao processo.

Na denúncia, o MP afirma que Marçal liderou deliberadamente a expedição fora da temporada recomendada, em meio a condições climáticas adversas e mesmo após alertas de guias experientes. Segundo a promotora, ele incitou os participantes a seguir trilha acima, "constrangendo aqueles que esmoreciam, dando-os por fracos e incapazes".

O órgão sustenta que os envolvidos foram expostos a perigo direto e iminente, com risco de morte, e que só não houve uma tragédia graças à intervenção dos bombeiros.

## Nota

### INSS PAGARÁ INDENIZAÇÃO DE R\$ 60 MIL A CRIANÇAS VÍTIMAS DE ZIKA

Crianças de até 10 anos, nascidas de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2024, com deficiências provocadas pelo zika vírus na gestação receberão uma indenização de R\$ 60 mil em parcela única. As famílias têm até 31 de outubro para pedir o benefício no aplicativo Meu INSS ou em outros canais de atendimento do órgão. O pagamento da indenização foi publicado ontem. O INSS poderá requerer exames adicionais para comprovar que a deficiência da criança foi provocada pela contração do zika vírus durante a gestação da mãe.

Hospital Federal dos Servidores do Estado SUS MINISTÉRIO DA SAÚDE GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2025**

O Agente de Contratação Antônio José de Souza Castro convida as empresas interessadas em participar do Pregão Eletrônico nº 90006/2025 no dia 03/06/2025 às 11h00min. - Contratação de empresa para elaboração de serviços técnicos e projetos de arquitetura e engenharia, especificações técnicas, planilhas de itens de serviço para execução (material e mão de obra), cronograma físico e financeiro e, projeto básico para licitação, para a reforma e readequação do Setor do Centro Cirúrgico Geral, no Hospital Federal dos Servidores do Estado. Processo nº 33433.027035/2024-31. O pregão será realizado no site <https://www.comprasnet.gov.br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

**RIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**  
CNPJ/MF 20.594.482/0001-62 e NIRE 33209776720  
**ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS QUOTISTAS**

Aos 17 (dezesete) dias de março de 2025 às 12:00 horas, reuniram-se em sua sede da Sociedade, situada na Rua Frei Jacinto Infantino, nº 211 casa 2, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22793-315. **Presença:** Com a presença da totalidade dos sócios quotistas, abaixo qualificados e assinados. **Convocação:** Dispensada a publicação, face a presença da totalidade dos sócios, na forma prevista do contrato social. **Composição da Mesa:** Foram eleitos, dentre os presentes, para Presidente da Mesa, o Sr. **Robson de Moura Santana**, e para secretária-lo, a Sr. **Ilza Carla de Souza Caldas**. **Ordem do Dia:** Aprovar a redução do capital social da Sociedade em R\$ 3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil reais), por conta de quitação de Mútuos do sócio **Robson de Moura Santana** com a empresa, nos termos do art. 1.082, inciso I, do Código Civil, com a consequente alteração da Cláusula Terceira do Contrato Social da empresa. **Deliberação:** Após a discussão da matéria constante da Ordem do Dia, os sócios por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, aprovam a redução do capital social da Sociedade, que passa de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) para R\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil reais), mediante o cancelamento de 3.800.000 (três milhões e oitocentos mil) quotas sociais da Sociedade, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada. Em decorrência da redução de capital ora aprovada, na forma do art. 1.082, inciso I, do Código Civil, autorizar que a administração da Sociedade pratique todos os atos necessários à efetivação e formalização da redução de capital social ora aprovada, e o registro desta ata para os fins legais. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, a qual foi por todos os presentes lida, aprovada e assinada. **Robson de Moura Santana**, Presidente da Mesa; **Ilza Carla de Souza Caldas**, Secretária da Mesa

**GALÁXIA MARÍTIMA S.A.**  
CNPJ/MF nº 05.104.067/0001-90 - NIRE 333.0030856-3  
**EDITAL DE CONVOCACÃO**

A Diretoria da GALÁXIA MARÍTIMA S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Acapulco, 24, Cavaleiros, CEP 27.920-150, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA) sob o NIRE 333.0030856-3, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.104.067/0001-90, ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do artigo 123 da Lei nº 6.404/76 e do Estatuto Social da Companhia, convocar os senhores acionistas para reunirem-se em **Assembleia Geral Extraordinária** da Companhia, a ser realizada às 10:00 horas do dia 27 de maio de 2025, no escritório localizado na cidade do Rio de Janeiro, Av. Rio Branco, 109 - 13º andar, Centro, RJ, **em primeira convocação**, para tratar da seguinte **ORDEM DO DIA:** (i) Deliberar sobre a celebração, assinatura e ratificação dos seguintes documentos: (a) Escritura de Cessão e Subordinação (*Deed of Assignment and Subordination*) relacionada à embarcação "Apollo Z"; (b) Carta de Uso Pacífico (*Letter of Quiet Enjoyment*) relacionada à embarcação "Apollo Z"; (c) Escritura de Liberação e Reatribuição (*Deed of Release and Reassignment*) relacionada à embarcação "Apollo Z"; (d) *BIMCO Standard Bareboat Charter Code Name: "BARECON 2001"*, celebrado em 08 de agosto de 2023; (e) *Time Charter Party for Offshore Support Vessels*, celebrado em 15 de setembro de 2023; (f) *Standard Ship Management Agreement*, celebrado em 15 de setembro de 2023; (g) outros contratos de afretamento ou de gestão relacionados à embarcação "Apollo Z"; e (h) documentos acessórios, tais como cartas, notificações e procurações. (ii) Deliberar sobre a celebração, assinatura e ratificação de procurações ao agente aplicável em conexão com tais documentos mencionados no item (i) acima; (iii) Deliberar sobre a autorização e ratificação da nomeação de agente de processo da Companhia em conexão com tais documentos mencionados no item (i) acima; (iv) Deliberar sobre a autorização e ratificação de aprovações societárias de Galáxia Navegação Ltda., subsidiária da Companhia, em conexão com, dentre outros temas, tais documentos mencionados no item (i) acima; e (v) Deliberar sobre outros temas em conexão com tais documentos mencionados no item (i) acima. Os documentos e as informações relativas a matérias acima encontram-se à disposição dos acionistas, na forma da Lei nº 6.404/76 e do Estatuto Social da Companhia. Rio de Janeiro, 15 de maio de 2025. Membros da Diretoria da Companhia: **Thiago Palmieri** - Diretor, **Gerson Wagner Pinheiro de Moraes** - Diretor

PREFIRO LULA

# PL demite Wajngarten após troca de mensagens com críticas a Michelle

BIANCA GOMES/AE

O presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, demitiu o advogado Fabio Wajngarten, responsável pela assessoria de imprensa do ex-presidente Jair Bolsonaro.

A decisão, tomada a pedido da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, ocorre após o portal UOL divulgar uma troca de

mensagens entre o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro Mauro Cid e Wajngarten, que foi chefe da Secom no governo Bolsonaro.

Na conversa, de janeiro de 2023, Wajngarten enviou uma notícia sobre a possibilidade de o PL lançar Michelle à Presidência em 2026 caso Bolsonaro estivesse inelegível. Cid responde: "Prefiro Lula", e Wajngarten concorda: "Idem".

Outra mensagem encaminhada por Wajngarten diz que o PL pagaria R\$ 39 mil por mês a Michelle "porque ela carrega o bolsonarismo sem a rejeição do Bolsonaro". "Em que mundo o Valdemar está vivendo", diz a mensagem compartilhada com o selo de "encaminhada" logo em seguida.

Segundo aliados de Wajngarten, o advogado e a ex-primeira-

dama não tinham uma boa relação e ela vinha trabalhando pela sua demissão.

Wajngarten recebia do PL cerca de R\$ 125 mil por mês para cuidar da comunicação do ex-presidente - no ano passado, os ganhos dele somaram R\$ 1,5 milhão. Já Michelle, na condição de presidente do PL Mulher, recebe um salário bem menor, de R\$ 32.181.

ESQUEMA DE FRAUDE

# Polícia Federal apreende veículos de luxo atribuídos ao Careca do INSS

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

Policiais federais apreenderam, na manhã de ontem, cinco carros de luxo pertencentes a Antonio Carlos Camilo Antunes, um dos suspeitos de participar do esquema de descontos ilegais em benefícios previdenciários pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a milhões de aposentados e pensionistas de todo o país, ao longo de anos.

O mandado de busca e apreensão foi expedido pela 4ª Vara Federal Criminal de São Paulo. Em um único endereço ligado a Antunes, conhecido como Careca do INSS, em Brasília,

os agentes federais apreenderam um Land Rover, duas BMWs (modelos Competition e M135i) e dois Porsches (Panamera e 911).

Segundo a PF, somados, os veículos valem cerca de R\$ 3,28 milhões. Eles podem ter sido adquiridos "com recursos oriundos da fraude aos aposentados".

A Agência Brasil não conseguiu contato com Antunes. Um de seus advogados informou a reportagem que a defesa ainda não tinha conhecimento da decisão judicial e que só vai se manifestar após analisá-la.

## INQUÉRITO

Apontado pelo Ministério

Público Federal (MPF) como o "epicentro da corrupção ativa" que a Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União (CGU) investigam no âmbito da Operação Sem Desconto, Antunes ficou nacionalmente conhecido como o "Careca do INSS" - apelido com o qual é identificado no inquérito que tramita na Justiça Federal.

No inquérito policial, Antunes é apontado como sócio de várias empresas investigadas por suposto envolvimento na chamada "Farra do INSS", e suspeito de, direta ou indiretamente, transferir grandes quantias em dinheiro a agentes públicos também investigados, "possi-

velmente a título de vantagem indevida".

Devido às suspeitas, no último dia 9, a AGU pediu à Justiça Federal que autorizasse o bloqueio dos bens de Antunes e de suas empresas. Dias antes, a própria AGU já tinha determinado o bloqueio de bens e contas de 12 associações investigadas por suposto envolvimento no esquema fraudulento.

Os bloqueios e a apreensão de bens fazem parte da operação do governo federal para ressarir os aposentados e pensionistas lesados. Até a noite desta segunda-feira (19), mais de 1,6 milhão de pessoas tinham pedido o reembolso.



## CASO JOÃO PEDRO

## TJ adia decisão sobre novo julgamento de três policiais civis

ISABELA VIEIRA/ABRASIL

O julgamento que decidirá se os três policiais civis acusados da morte do menino João Pedro Mattos Pinto vão a júri popular foi adiado. Ontem à tarde, o desembargador Cezar Augusto Rodrigues da Costa pediu vista do processo, o que significa pedir mais tempo para analisar as alegações.

Os desembargadores da 6ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça avaliam um recurso do Ministério Público e da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, pedindo que os policiais sejam submetidos a júri popular, para serem julgados por pessoas comuns. Em 2024, os agentes foram inocentados dos crimes de homicídio duplamente qualificado e fraude processual por uma decisão sumária do juízo da 4ª Vara Criminal de São Gonçalo, cidade onde ocorreu o crime.

Antes do pedido de vista, o desembargador Marcelo Castro Anatocles da Silva Ferreira, relator do caso, e a desembargadora Adriana Ramos de Mello votaram por aceitar as alegações do MP e da Defensoria e submeter os agentes públicos a um novo julgamento. Esse recurso está pre-

visto na Constituição Federal para o caso de crimes dolosos, como homicídio, tentativa de homicídio e feminicídio, como forma de compartilhar a decisão judicial com a sociedade.

De manhã, a família de João Pedro e defensores dos direitos humanos fizeram uma manifestação em frente à sede do TJRJ, no centro do Rio, cobrando que a corte aceite o recurso.

Em nota, a Defensoria avalia que, ao adotar a tese da legítima defesa, a decisão de primeira instância não considerou "robusta prova técnica e testemunhal produzida no processo e, dessa forma, subtraiu a competência constitucional do júri popular". O órgão também destacou que a primeira decisão, de absolver os policiais, foi tomada afastando prova técnica produzida por peritos externos à Polícia Civil.

A morte do menino João Pedro, de 14 anos, em casa, onde estava com mais cinco amigos, em plena pandemia, em 2020, gerou comoção à época. O jovem foi atingido nas costas, sem chance de defesa, por um tiro de fuzil. Na casa onde estava, foram feitos mais de 70 disparos.

## BANDIDOS PERIGOSOS

## França quer construir prisão de segurança máxima na Amazônia

A França planeja construir uma prisão de segurança máxima para traficantes de drogas e radicais islâmicos na Amazônia, perto de uma antiga colônia penal na Guiana Francesa, provocando protestos entre moradores e autoridades locais.

A ala faria parte de uma prisão de US\$ 450 milhões (R\$ 2,5 bilhões) anunciada em 2017, com previsão de conclusão até 2028 e capacidade para 500 detentos.

A prisão seria construída em Saint-Laurent-du-Maroni, cidade na fronteira com o Suriname que já recebeu prisioneiros enviados por Napoleão III no século XIX, alguns dos quais foram enviados para a famosa Ilha do Diabo, na costa da Guiana Francesa.

O Ministro da Justiça francês, Gérald Darmanin, anunciou planos para construir a ala de alta segurança durante uma visita oficial à Guiana Francesa no sábado passado. Ele afirmou em uma publicação no Facebook

que 15 das 60 vagas da ala seriam reservadas para radicais islâmicos.

Darmanin foi citado pelo *Le Journal du Dimanche*, um jornal semanal francês, dizendo que a prisão também tem como objetivo impedir que suspeitos de tráfico de drogas tenham qualquer contato com suas redes criminosas.

"Estamos vendo cada vez mais redes de tráfico de drogas", disse ele a repórteres na Guiana Francesa. "Precisamos reagir."

A mídia francesa, citando o Ministério da Justiça, informou que pessoas da Guiana Francesa e dos territórios do Caribe Francês seriam enviadas prioritariamente para a nova prisão.

## ILHA DO DIABO

O anúncio irritou muitos na Guiana Francesa, um departamento francês ultramarino localizado na América do Sul. A região já foi uma colônia infame, conhecida por manter presos políticos franceses, incluindo o

Capitão do Exército Alfred Dreyfus, acusado de espionagem.

Dreyfus foi encarcerado na Ilha do Diabo, uma colônia penal que funcionou por um século e foi retratada no romance francês best-seller "Papillon", que mais tarde foi transformado em dois filmes.

Jean-Paul Ferreira, presidente interino do coletivo territorial da Guiana Francesa, uma assembleia de 51 legisladores que supervisiona os assuntos do governo local, disse que eles ficaram surpresos com o anúncio, já que o plano de construir uma ala de alta segurança nunca foi discutido com eles previamente.

"É, portanto, com espanto e indignação que os membros eleitos da Coletividade descobriram, juntamente com toda a população da Guiana, as informações detalhadas no *Le Journal Du Dimanche*", escreveu ele em um comunicado publicado no domingo nas redes sociais.

Ferreira disse que a medida é desrespeitosa e insultuosa, ob-

servando que o acordo assinado pela Guiana Francesa em 2017 era para a construção de uma nova prisão com o objetivo de aliviar a superlotação na prisão principal.

"Embora todas as autoridades eleitas locais tenham há muito tempo pedido medidas fortes para conter o crescimento do crime organizado em nosso território, a Guiana não foi feita para acolher criminosos e pessoas radicalizadas (da França continental)", escreveu ele.

Jean-Victor Castor, parlamentar da Guiana Francesa, também criticou o plano. Ele disse ter escrito diretamente ao primeiro-ministro francês para expressar suas preocupações, observando que a decisão foi tomada sem consultar as autoridades locais.

"É um insulto à nossa história, uma provocação política e uma regressão colonial", escreveu Castor em um comunicado divulgado no domingo, ao pedir que a França retirasse o projeto.

## CRIME SEM CASTIGO

## ONU alerta que 14 mil bebês podem morrer de fome em Gaza

Apesar da entrada altamente limitada de ajuda humanitária na Faixa de Gaza, cerca de 14 mil bebês podem morrer de forma nas próximas 48 horas, alertou o subsecretário para temas humanitários da ONU Tom Fletcher. O primeiro caminhão com suprimentos entrou no território nesta segunda-feira, 19, depois de mais de dois meses de bloqueio, mas agentes humanitários alertam que a quantidade está longe da ideal.

Fletcher afirmou, em entrevista à Rádio 4 da BBC, que cinco caminhões com ajuda humanitária entram entre segunda e terça depois que o primeiro-ministro Binyamin Netanyahu permitiu a entrada "mínima" de ajuda. Segundo o subsecretário, a ajuda entrou contendo principalmente nutrição para bebês, mas ainda não alcançou os civis.

"Quero salvar o máximo possível dessas 14.000 bebês nas próximas 48 horas", disse. Segundo ele, a entrada de cinco caminhões é apenas "uma gota no oceano", especialmente em comparação com as quantidades permitidas em cessar-fogo anteriores.

Ele espera que mais 100 caminhões entrem nas próximas horas, mas observa que a distribuição será desafiadora e arriscada para os agentes humanitários. "Mas é isso que fazemos, continuamos. Vai ser frustrante, seremos prejudicados e correremos riscos enormes. Mas não vejo ideia melhor do que fazer entrar as comidas para bebês", disse.

O subsecretário foi questionado sobre como havia chegado ao número de 14 mil. "Temos equipes fortes em campo", respondeu. "É claro que muitas delas foram mortas. Mas ainda há muitas pessoas no local. Elas estão nos cen-

tros médicos, nas escolas, tentando avaliar as necessidades".

Em entrevista a um rádio israelense nesta terça, o líder dos partidos de oposição Yair Golan disse que Israel "mata bebês por hobby". "Um país não se envolve em combates contra civis, não mata bebês como hobby e não estabelece para si o objetivo de expulsar uma população", disse.

Netanyahu, respondeu em uma publicação no X, onde o acusou de "eocar os mais desprezíveis libelos de sangue antisemitas contra os soldados das FDI e o Estado de Israel." "A FDI é o exército mais moral do mundo, e nossos soldados estão lutando uma batalha pela nossa existência", escreveu.

## ENTRADA DE AJUDA

Nesta terça-feira, outras dezenas de caminhões entraram em Gaza pela passagem de Kerem Shalom, segundo o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores de Israel, Oren Marmorstein. Entre os suprimentos estavam farinha, alimentos para cozinhas comunitárias, fórmulas para bebês e medicamentos.

Organizações em Gaza, no entanto, não confirmaram imediatamente se receberam os produtos. Marmorstein disse que Israel continuará permitindo a entrada de dezenas de caminhões com ajuda humanitária por dia - bem menos do que os 600 caminhões diários que entraram durante o último cessar-fogo.

Netanyahu permitiu a entrada de ajuda humanitária depois de 11 semanas de bloqueio, observando que ela seria ao "nível mínimo", depois de muita pressão de aliados. Segundo ele próprio, seus aliados não poderiam apoiar

Israel enquanto "imagens de fome" viessem de Gaza.

As críticas à conduta de Israel se intensificaram na segunda-feira, quando os aliados Canadá, França e Reino Unido ameaçaram com "ações concretas" contra o país, incluindo sanções, e pediram a Israel que interrompesse suas novas ações militares "afrontosas" em Gaza. Netanyahu rejeitou as críticas, afirmando que se tratava de "um prêmio enorme" para o ataque do Hamas em 7 de outubro de 2023, que atrairia mais violência.

O ministro das Relações Exteriores francês, Jean-Noël Barrot, denunciou a "violência cega" do governo israelense em Gaza, que, segundo ele, transformou o território palestino em um "lugar de morte".

## PRESSÃO DE ALIADOS

Governo britânico disse que está suspendendo as negociações comerciais com Israel e impôs novas sanções contra os assentamentos na Cisjordânia, ao mesmo tempo em que critica as ações militares de Israel em Gaza.

O secretário de Relações Exteriores, David Lammy, disse que o acordo comercial existente no Reino Unido está em vigor, mas o governo não pode continuar as discussões com um governo israelense que segue o que ele chamou de políticas flagrantes na Cisjordânia e em Gaza.

Lammy disse que o ciclo persistente de violência dos colonos israelenses extremistas na Cisjordânia exigia ação. "O governo israelense tem a responsabilidade de intervir e interromper essas ações agressivas", disse. "Sua constante omissão está colocando as comunidades palestinas e a solução de dois

Estados em perigo."

O anúncio foi feito depois que o primeiro-ministro britânico Keir Starmer intensificou suas críticas a Israel, dizendo que o nível de sofrimento das crianças em Gaza era "completamente intolerável" e repetiu seu apelo por um cessar-fogo.

"Quero deixar registrado hoje que estamos horrorizados com a escalada de Israel", disse Starmer ao Parlamento do Reino Unido.

As medidas de Londres representam a mais dura repreensão a Netanyahu desde que o governo trabalhista suspendeu dezenas de licenças de exportação de armas para Israel em setembro, e ocorreu em um momento em que ministros das Relações Exteriores europeus em Bruxelas também consideram uma proposta para revisar, e potencialmente suspender, a cooperação comercial da União Europeia com Israel. A iniciativa está sendo liderada pela Holanda, vista como um dos aliados próximos de Israel no bloco, com apoio de países como a França.

Israel recebeu inicialmente amplo apoio internacional para erradicar os terroristas do Hamas após o ataque surpresa do grupo que matou cerca de 1.200 pessoas, a maioria civis, em 7 de outubro de 2023, e fez 251 prisioneiros.

Mas a paciência com Israel está se esgotando após mais de 53.000 mortes de palestinos, a maioria mulheres e crianças, de acordo com o Ministério da Saúde de Gaza, que não diferencia entre civis e combatentes em sua contagem. O mais recente ataque israelense matou mais de 300 pessoas nos últimos dias, disseram autoridades de saúde locais.

## ÁGUA

## Cedae conclui a manutenção preventiva do Sistema Guandu

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

A Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio (Cedae) informou, em nota, que concluiu, às 19h40 desta terça-feira, a manutenção preventiva do Sistema Guandu, que teve como foco a modernização, ajustes técnicos e operacionais, além de melhorar o controle de perdas. Todos os serviços programados foram realizados, e a captação e o tratamento de água estão sendo retomados de forma gradual, de acordo com a demanda das concessionárias.

O Sistema Guandu é responsável pelo abastecimento de 80% da água consumida na região metropolitana do Rio, que tem cerca de 11 milhões de habitantes. A estação tem capacidade de tratar 43 mil litros de água por segundo.

O prazo para normalização do abastecimento nos imóveis dos municípios do Rio de Ja-

neiro, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, Belford Roxo e Queimados deve ser informado pelas concessionárias Águas do Rio, Iguá e Rio+Saneamento, de acordo com as respectivas áreas de atuação. As concessionárias informaram que em áreas mais altas, a normalização do sistema pode levar até 72 horas.

A paralisação permitiu à Cedae a execução de obras, como a instalação de macro-medidores - equipamentos capazes de medir grandes vazões de água, aumentando a precisão da medição do volume fornecido para as concessionárias, além de proporcionar um melhor controle de perdas. Também foram realizadas melhorias operacionais, incluindo ajustes técnicos, reparos e intervenções estruturais, para garantir mais eficiência e segurança ao sistema.

## OPORTUNIDADE

## PF abre concurso para mil vagas em 5 cargos

A Polícia Federal (PF) divulgou edital de um novo concurso público para o preenchimento de mil vagas em cinco cargos da corporação. São 120 vagas para delegado, 69 para perito criminal, 630 para agente, 160 para escrivães e 21 para papiloscopistas.

O concurso exige dos candidatos curso superior e oferece salários iniciais que variam de R\$ 14,1 mil a R\$ 26,8 mil.

As inscrições serão abertas no dia 26 deste mês e encerradas no dia 13 de junho.

Os candidatos deverão ficar atentos às datas e requisitos especificados no edital.

As provas objetivas e discursivas estão previstas para o dia 27 de julho deste ano. Os interessados podem conferir a in-

tegra do edital no site oficial da banca organizadora, Cebraspe.

As taxas de inscrição são as seguintes:

1. Delegado: R\$ 250;
2. Perito Criminal: R\$ 250;
3. Escrivão: R\$ 180;
4. Agente: R\$ 180;
5. Papiloscopista: R\$ 180.

Os candidatos ao concurso da Polícia Federal serão avaliados de prova objetiva (para todos os cargos); prova discursiva (todos os cargos); exame de aptidão física (todos os cargos); avaliação médica (todos os cargos); prova oral (somente para o cargo de delegado); avaliação psicológica (todos os cargos); avaliação de títulos (para delegado e perito criminal) e investigação social (todos os cargos).

## OPERAÇÃO SIGILOSA

## Governo repatria 12 brasileiros e parentes da Faixa de Gaza

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

O governo brasileiro repatriou um novo grupo de pessoas da Faixa de Gaza formado por brasileiros e parentes palestinos, confirmou ontem o ministro das Relações Exteriores (MRE), Mauro Vieira.

De acordo com nota divulga-

da pelo MRE, 12 pessoas chegaram nesta tarde à Jordânia, sendo seis menores de idade.

O Itamaraty manteve a operação em sigilo para preservar a segurança dos evacuados. O grupo será trazido hoje ao Brasil, em voo comercial.

Essa é a primeira repatriação de brasileiros em Gaza desde o fi-

nal de 2023, quando os aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) trouxeram os três primeiros grupos de brasileiros do enclave palestino.

Segundo o Itamaraty, desde outubro de 2023, 127 brasileiros e familiares diretos de nacionais foram retirados da região. No total, 1.572 pessoas que estavam em Israel, na Cisjordânia ou em

Gaza e que manifestaram interesse em sair desses locais foram retiradas.

Sobre a recente operação, o governo brasileiro informou, em nota, que a evacuação foi coordenada pela área consular do Itamaraty e com apoio das embaixadas do Brasil em Amã e Tel Aviv e pelo Escritório de Representação em Ramala.

Conforme o Itamaraty, assim que o grupo chegar ao Brasil, os que necessitarem de acolhimento receberão assistência do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.